

O século dos asiáticos?



Assis Moreira

Acompanhei recentemente a Beyond Expo 2023, uma das maiores exposições asiáticas de tecnologias de consumo, saúde e sustentabilidade, na região administrativa especial de Macau, China. Durante o evento, alguns membros da elite intelectual da Ásia manifestaram uma análise comum sobre rumos que o mundo pode tomar.

Kishore Mahbubani, ex-diplomata de Cingapura que foi presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Janeiro 2001-maio 2002) e é membro do Asia Research Institute, deu o tom, não hesitando em listar "quatro certezas" futuras, em meio às turbulências atuais.

Para ele, a primeira certeza é que o século XXI será o século asiático, assim como o século XIX foi o século europeu, e o século XX foi o século americano. O século asiático será "um retorno à norma", porque na maior parte do tempo as duas maiores economias do mundo sempre foram as da China e da Índia. "Os 200 anos de domínio ocidental na história mundial foram anormais", insiste.

Mahbubani acha que o Ocidente está "se preparando psicologicamente" para um século asiático, que terá o crescimento impulsionado pelo

que chama de nova CIA — não a Agência Central de Inteligência, mas China, Índia e Asean [Associação das Nações do Sudeste Asiático, com dez países incluindo Indonésia, Malásia, Tailândia, Filipinas e Cingapura]. Os países da CIA representam 3,5 bilhões de pessoas, ou 44% da população mundial.

Andrew Sheng, ex-banqueiro central, assessor-chefe da Comissão de Regulamentação Bancária e de Seguros da China e professor da Universidade de Hong Kong, observou que China e Índia responderam por metade do crescimento global em 2022. Ele previu que ao longo desta década o Japão pode crescer 2% ao ano, e a China, por volta de 4% (após de 12% no passado), enquanto economias da Asean, com 700 milhões de pessoas, deverão expandir de 5% a 8%. O motivo é o fluxo de dinheiro para essa região.

No ano 2000, apenas 150 milhões de pessoas na CIA pertenciam à classe média. Em 2020, o número cresceu para 1,5 bilhão, ou seja, aumentou nove vezes em 20 anos. A projeção é de que deverá dobrar para 3 bilhões em 2030. Essa classe média vai impulsionar esse crescimento.

A segunda certeza para Mahbubani é má notícia: a disputa geopolítica entre EUA e China ganhará força nos próximos dez anos. É impulsionada por uma "lei de ferro" da geopolítica, pela qual sempre que a principal potência

emergente do mundo, que hoje é a China, ameaça ultrapassar a principal potência, que hoje são os EUA, a reação é forte. Ou seja, a confrontação tende a acelerar entre Washington e Pequim, com riscos reais para o mundo.

A terceira certeza é que a mudança climática está se acelerando. Basta ver o número de pessoas que passará para a classe média no século asiático. Quanto mais elas consomem, mais a emissão de gases-estufa aumenta.

A quarta certeza é que a ciência e a tecnologia continuarão a se desenvolver e se fortalecer. Isso leva o analista de Cingapura à grande incerteza: se a humanidade será sábia para usar todos os dados disponíveis, toda a compreensão acumulada da ciência e da tecnologia para salvar o planeta. Em teoria, todos estamos nos tornando mais inteligentes.

Para Andrew Sheng, o mundo "foi dominado" pelo Ocidente com um paradigma que se expandiu a partir de uma pequena parte do mundo para colonizar o resto. Mas a situação está mais do que nunca abalada com o aprofundamento de desigualdades sociais, climáticas, desigualdade social, pessoas envelhecendo rapidamente e diferenças regionais, economias de crescimento rápido, economias de crescimento lento e algumas economias em colapso.

Para ele, a tecnologia é a solução para muitos dos desafios atuais.

"Tecnologia é o conhecimento humano acumulado. Aqueles que não entendem de tecnologia correm o risco de serem deixados para trás", repetiu ele. A solução, para Sheng, passa pela mudança no paradigma do poder mundial, explorando a interação entre filosofia, tecnologia e cooperação em um mundo em transformação. E nisso, acha que os asiáticos têm grande chance, por serem práticos e menos individualistas. Mahbubani completou dizendo-se "muito feliz" que o presidente chinês, Xi Jinping, tenha lançado o conceito de uma "comunidade com um futuro compartilhado".

Jian-Wei Pan, diretor da Academia de Ciências da China, focou no progresso da China na computação quântica. Nela, as informações são codificadas usando bits quânticos (qubits), e o princípio da superposição pode ser usado para obter uma computação paralela ultrarrápida, resultando em aceleração exponencial. Cálculos que hoje demoram anos poderão ser resolvidos em alguns segundos, no futuro. Os computadores quânticos podem ser usados para resolver uma variedade de problemas em campos como criptografia clássica, previsão do tempo, análise financeira, design de medicamentos, sem falar do campo militar.

A Ásia se desenvolve, mas o poder da economia dos EUA está realmente em declínio? A revista

"The Economist" observou que os EUA, com 4% da população mundial, geram 25% da produção global, posição mantida desde 1980, e nenhum outro grande país é tão próspero ou inovador.

Um artigo sobre as potências econômicas do futuro, também o professor Charles Wyplosz, do Geneva Graduate Institute, uma das melhores escolas de relações internacionais do mundo, considerou o declínio ocidental um mito. Exemplificou com os debates atuais sobre inteligência artificial, essencialmente impulsionada pelos EUA. As transformações em curso serão fonte de crescimento e de maior vantagem competitiva. A Europa segue de perto os americanos na tentativa de continuar na ponta da inovação em diferentes áreas científicas.

Para Wyplosz, salvo mudança radical, a economia chinesa vai simplesmente cessar seu "catch-up" (perseguição) em relação ao mundo rico, até em razão de ações de Xi Jinping para restaurar a supremacia do Partido Comunista chinês que resultam em desaceleração na abertura da economia.

Em Macau, um provérbio árabe em todo o caso foi repetido mais de uma vez: "Aquele que fala sobre o futuro mente mesmo quando diz a verdade".

Assis Moreira é jornalista em Genebra e escreve quinzenalmente. E-mail: assis.moreira@valor.com.br

Ambiente Organizações da sociedade civil querem promover uma ampla discussão prévia sobre o que é melhor para o país nos processos de licença para grandes obras

Entidades querem mudar regra para analisar licenciamento ambiental

Daniela Chiaretti
De São Paulo

Muito antes dos processos de licenciamento de grandes obras de infraestrutura deveria haver uma análise prévia de alternativas de investimentos. Cinco organizações da sociedade civil produziram um conjunto de critérios para contribuir com a escolha de projetos incluídos no planejamento do governo. A ideia é promover um debate na sociedade sobre o que é melhor para o país.

A nota técnica "Critérios para análise e classificação de empreendimentos de infraestrutura no Plano Plurianual (PPA) e no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)" foi elaborada por pesquisadores de cinco organizações — GT Infraestrutura e Justiça Socioambiental (GT Infa), Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop), Instituto de Energia e Meio Ambiente (Iema), Instituto Socioambiental (Isa) e Transparência Internacional-Brasil.

"Há uma fragilidade imensa nos projetos de infraestrutura. Não incorporam riscos sociais e ambientais e não há transparência", diz André Luis Ferreira, diretor presidente do Iema. "Esse documento propõe um conjunto de critérios para começar a jogar luz sobre o processo decisório de investimentos em infraestrutura no Brasil".

As sugestões se antecipam ao lançamento do "novo PAC", o Programa de Aceleração do Crescimento pelo governo federal, com as obras prioritárias para o país. A intenção é a



Ferreira: "Há uma fragilidade imensa nos projetos de infraestrutura. Não incorporam riscos sociais e ambientais"

elaboração de cenários alternativos de infraestrutura na seleção de investimentos do orçamento público.

"Propusemos critérios para nortear a seleção de projetos para o PPA e PPI neste ano, mas a intenção é institucionalizar elementos mínimos para a tomada de decisão dos governos", diz Adriana Portugal, presidente do Ibraop.

O caso da Ferrogrão pode ser um exemplo, diz Sérgio Guimarães, secretário-executivo do GT In-

fra. "A ideia seria discutir opções de escoamento de grãos pela Amazônia, se há outras rotas mais adequadas do ponto de vista ambiental, social e econômico", cita. "Não se resolve isso no licenciamento. Tem que se fazer esse passo antes". O mesmo se aplica, por exemplo, à exploração de petróleo na Margem Equatorial ou a seguir ou não com a usina de Angra 3.

São quatro categorias de análise de infraestrutura. A primeira bus-

ca sinergias com orientações estratégicas do governo. Há a análise prévia de riscos socioambientais. O terceiro ponto é a avaliação socioeconômica. Por fim, garantir transparência e participação. Isso deveria ser feito "antes da tomada de decisões políticas sobre planos, programas e empreendimentos individuais", diz o texto da análise.

Entre os questionamentos levantados: quais problemas de interesse público o projeto se propõe

a resolver? Perguntam se há uma análise comparativa de projetos alternativos; quais são as condições de governança territorial nas áreas impactadas; quanto serão as emissões de gases-estufa ou as pressões sobre bens culturais.

Outro ponto salientado na nota técnica é o respeito aos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. "O planejamento de infraestrutura no país enxerga os danos aos povos e comunidades tradicionais e locais como 'sacrifícios necessários' para o desenvolvimento dos projetos, e isso não é mais aceitável", diz Mariel Nakane, do Instituto Socioambiental (ISA). A exigência é que indígenas e comunidades tradicionais não só sejam consultados previamente, como diz a lei, mas que sejam ouvidos no planejamento.

O Ministério do Planejamento está fazendo um modelo participativo para o PPA 2024-2027. Mais de 460 mil pessoas votaram em propostas exibidas em uma plataforma e a população já fez mais de 4.100 sugestões.

"Não é aceitável que se enxergue danos a povos indígenas como necessários ao desenvolvimento"
Mariel Nakane

Fiemg pede reversão de subsídios no MCMV

Edna Simão
De Brasília

A Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) solicitou ao Ministério de Minas e Energia (MME) que recomende ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva o veto a artigos previstos na medida provisória que recriou o Programa Minha Casa, Minha Vida que tratam da inclusão de painéis solares nas residências populares e estabelecem a compra compulsória da energia excedente dos consumidores pelas distribuidoras.

Na avaliação da entidade, a manutenção dos artigos 37 e 38 da MP aprovada pelo Congresso e que agora depende de sanção do presidente vai acarretar aumento na conta de luz dos consumidores. "A ideia de colocar painéis fotovoltaicos nas unidades habitacionais do programa é excelente, mas o custo não pode recair sobre o consumidor final", disse Tania Mara Costa dos Santos, coordenadora do Núcleo de Energia da Fiemg.

A inclusão de painéis solares, terá potencial de impacto anual de R\$ 1 bilhão na conta de luz dos demais consumidores de energia via aumentos nas tarifas, segundo cálculos da Aneel.

Para Tania Mara, o custo provocado pelo texto da MP aprovado no Congresso acabará impactando todos os setores da economia, resultando inevitavelmente em repasse para preços e inflação.

Para a Fiemg, o problema poderia ser solucionado também com a retomada da tramitação do PL 414/2021 no Senado. A medida conta com apoio de entidades, como o Conselho Nacional dos Consumidores de Energia e eólica.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

ABG **A10**
Acciona **B1**
Aeris Energy **B1**
AES Brasil **B1**
Agos **C1**
Adu **F8**
Ajax Asset **B9**
Alitalia **B7**
Allen & Overy **B2**
Alvarez & Marsal **B1**
AMD **B7**
Aon **B6**
Arco **F5**
Azevedo & Torres **B6**

B3 **C1**
Bairis **B7**
Banco do Brasil **CL, F2**
Bof **B1**
BNB **C1**
Botafogo **B8**
Bradstreet **CL, F2**
Brooks & Dorn **C1**
BDF **B9**
British Computing Society **B2**
BTG **B1**
BTG Pactual **CL, C2**
Bybit **B7**
Cacau Show **B8**

Coelbi Alimentos **F6**
Cofac **A10**
CJ **C1**
CML Capital **C1**
Candêbero **C1**
Cosat **A10**
Coostel **F1**
Corvus **A10**
CPFL Renováveis **B6**
Dana **F8**
Dataprev **A10**
Deltre **F5**
DHL Global Forwarding **F8**
DP World Logistics **C1**
Unit **F8**

EDG **A10**
EF **F8**
Eficaz Data Group **B2**
Eli **C1**
Engie **B1**
Escrib **F5**
Farmax **B8**
FIV Agr **B10**
Gazprom **A10**
GE Renewable Energy **B1**
Gerdau **F5**
GIC Brasil **F5**
Google **B7**
Grupa Faria **B9**
Grupo DPSP **B8**
guide investimentos **C1**

Habib **B8**
IBM **F5**
IHG **F5**
Itchen-Maclean **F5**
Ita **C1**
Itaú **BBA, C1, F2**
Itaú Unibanco **CL, F2**
JBS **B9**
JF Tract **A10**
Katayama Alimentos **B9**
KfW **F2**
KPMG **B2**
LCA Consultores **F1**
Leopoldo **A10**
MD&S Branco **F6**

Marrig **B9**
Marfrig América do Sul **F1**
Maripinhos Bensimim **F8**
MB Associates **FL, F4**
McKinsey **B7**
Michael Page **F8**
Micron **B7**
Midea **F5**
Morgan Stanley **C1**
MyCapital **B1**
Nagra **B8**
Norsk **B1**
Nucorp **A10**
Nvidia **B7**
Ossange **B2**

Odroitocompany **B8**
OpnAI **B2**
Orama **C1**
Othello **A1, B2**
PageGroup **F8**
Petrobras **A10, B6**
PPSA **A10**
PwC **B2, F6**
Rala Drogasil **B8**
Raizen **F4**
Renner **B8**
Robert Hill **F8**
Safra **C1**
Santista **B8**
Santander **C1**

Serpro **A10**
Siemens Energy **B1**
Simons Gama **B1**
Singer **C1**
Stern **F5**
Suzano **F1**
Telmox **F8**
Telcel **A10**
Tencent **B7**
Teqat **F5**
Tropica **C1**
Tropica Investimentos **C1**
Tus **B7**
UBS **B8, C1**
Usa Partners **F4**

V8 **C1**
Vareco **C1**
Vestis **B1**
Vinci Partners **B8**
Vinci **F4**
Waters **C1**
WDG Automation **F5**
WEG **B1, F5**
WhitSoc **C2**
Women Who Code **B2**
XP **C1**